

ATA 05

Ata 05/2010 – Aos vinte e três dias do mês de Abril de dois mil e dez, às oito horas e trinta minutos, na Central dos Conselhos, sito a Rua Sete de Setembro, mil cento e trinta e quatro, Centro, Toledo, Paraná, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) para reunião Extraordinária, contando com a presença dos seguintes conselheiros: Maria de Lurdes de Oliveira Silveira, Solange Silva dos Santos Fidélis, Maria Inês Borges Mânica, Lucimar Recalcatti Vieira, Roseli Terezinha Gass, Ruth Lemes Palma, Antônio Teixeira dos Santos, Raquel Cassol, Elisabete Medeiros Backes, Felipe Hofstatter Zanini, Inês Terezinha Pastório, Esther Luiza de Souza Lemos, Simone Beatriz Ferrari, Diomedes Cupertini, Loiva Fátima Bortolanza, Ivone Laguna Abreu, Renate Neumann Schewe Cardoso, Rosana A. P. Franco dos Santos, Rejane Linck Neumann, Vilson André da Silva, Valdair Alberton Baggio, Valdenice dos Santos Souza, Jarbas Luiz Lopes e a participante, Ires D. Scuzziato. A presidente do CMAS, Maria Inês B. Mânica, saudou os conselheiros presentes e informa aos conselheiros que as técnicas do Escritório Regional de Cascavel – SETP veio no dia anterior (22/04/2010) para realizar a segunda visita do processo de monitoramento no Município. Na sequência Maria Inês passa para Fernanda Pape para apresentar o Relatório de Gestão 2009 e o Plano Municipal de Assistência Social 2010. Fernanda esclarece que esta reunião será apenas para apresentação do Relatório e do Plano, pois estes passarão por análise das técnicas da SETP e retornará para possíveis alterações e após virá somente para aprovação do CMAS. Fernanda inicia a apresentação pelo Relatório de Gestão de 2009 informando que ela e a Diretora Maria de Lurdes Silveira são responsáveis pelo preenchimento com a colaboração das Entidades Assistenciais e dos Diretores da PSB e PSE. Informa ainda que foi disponibilizado Instrumental para as entidades preencherem referente aos atendimentos realizados no ano de 2009 e perspectiva de atendimento no ano de 2010. Quanto ao quadro de recursos humanos informa que houve ampliação e quais os profissionais que contratados. Diz que em relação a população atendida buscou informações sobre o BPC, PCD e idosos junto ao INSS e, em relação a crianças em situação de violência recebeu informações do Conselho Tutelar. No item do Quadro da Rede, Fernanda diz que corresponde aos atendimentos da rede socioassistencial e atendimentos sociofamiliar referente ao Piso Básico de Transição – PBT. Neste momento Fernanda ressalta que deve haver uma séria discussão sobre a forma de registro dos atendimentos às famílias nos equipamentos sociais governamental e na rede. Em relação aos Restaurantes Populares o número que aparece é de refeições servidas e não de pessoas atendidas. Apresenta todas as entidades e sugere que estas devem quantificar nos relatórios os atendimentos de PSB e de PSE. Relata o número de atendimentos nos CRASs. Repassa as informações dos serviços da PSE em todas as entidades governamentais e não governamentais que desenvolvem PETI e abrigo. Em relação a Casa Lar da Dorcas, Fernanda apresenta que teve doze (12) metas e atendeu doze (12) crianças e adolescentes, conforme informado em instrumental disponibilizado às Entidades. A conselheira representando a entidade Dorcas, Rejane Neumann diz que houveram meses da Casa Lar atender entre quatorze (14) a dezesseis (16) crianças e adolescentes, então a conselheira Simone Ferrari sugere que Fernanda continue com a apresentação e as entidades entrem em contato em outro momento para reverem os dados. A conselheira Esther Luiza diz que ainda na proteção especial a entidade APADA tem setenta e cinco (75) metas e atende menos que isto e solicitada que estes dados sejam verificados. No item dos Benefícios Socioassistenciais, Fernanda diz que em relação à pergunta se existe Plano de Inserção dos Beneficiários (BPC, Bolsa Família e Benefícios Eventuais) na Rede de PSB e PSE, sua resposta foi sim, porque existem os Planos de Inserção do Bolsa Família e BPC, retendo elaborar o de Benefícios Eventuais, um dos apontamentos do Monitoramento do MDS. Referente ao BPC, Fernanda diz ter dúvidas sobre quem é a Assistente Social responsável pelo BPC no Município, uma vez que todas as Assistentes sociais dos CRAS orientam e encaminham a documentação para o INSS. A conselheira Esther Luiza lembra que, no processo de habilitação do Município de Toledo no SUAS, foi indicado a assistente social Elisabete Backes para responder pelo BPC, dessa forma, este é o nome que deve ser informado. Em relação aos Benefícios Eventuais, Fernanda diz que informou que estes estão regulamentados, pois existe Lei específica do Auxílio Funeral e resolução do CMAS para o Auxílio Funeral e Auxílio Natalidade. A conselheira Simone Ferrari esclarece que o auxílio funeral em

Toledo se dá através de concessão dos serviços. Na apresentação do Bolsa Família diz que as áreas que obtiveram os índices de suficiência no IGD foram a Educação e Assistência Social. Em relação ao Plano de Monitoramento e Avaliação, a resposta foi afirmativa para a questão da realização deste, tendo em vista que o mesmo ocorreu através da Comissão de Fiscalização do CMAS. Quanto a existência do Plano de Monitoramento e Avaliação, Fernanda diz que este não foi encontrado na Secretaria de Assistência Social. A conselheira Simone Ferrari diz que não aceita esta afirmativa, porque ela garante que deixou o tal Plano na Secretaria e, ainda existe deliberação do CMAS aprovando-o. Neste momento Fernanda esclarece que no Relatório de Gestão não questiona a existência ou não do Plano, pede apenas se houve o monitoramento e a avaliação dos serviços da rede. No item do Controle Social, houve apenas uma discordância em relação ao acompanhamento da execução Plano Municipal de Assistência Social pelo CMAS, em que foi respondido que não e a conselheira Esther Luiza pede que mude esta resposta porque houve o acompanhamento sim. A sugestão da conselheira Esther Luiza foi aceita e aprovada pelos demais conselheiros e será modificada para sim a resposta. Na sequência a conselheira Esther Luiza volta a falar sobre o item do Bolsa Família em relação suficiência das áreas de Saúde, Educação e Assistência Social. Então a conselheira Valdenice Souza, representante da Secretaria de Saúde, esclarece que na área da saúde é realizado o acompanhamento das famílias, porém, existe a dificuldade de localização das mesmas, por isso não atende o objetivo. Esther complementa que existe a dificuldade pela questão dos endereços não localizados e que este assunto merece uma reunião específica para discussão. Em seguida Fernanda inicia a apresentação do Plano Municipal de Assistência Social 2010 pela identificação em que a responsável pelo Órgão Gestor é o secretário Astor Pedro Christ e a responsável pelo preenchimento a própria Fernanda. Em relação aos Recursos Humanos, consta previsão de contratação de profissionais através de concurso público e contratação de serviço terceirizado. Apresenta o diagnóstico mínimo sobre o Município. No planejamento da Política Municipal de Assistência Social, Fernanda apresenta as diretrizes e objetivos da Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e Aprimoramento da Gestão, em que aparece as ações, estratégias, metas, responsáveis e recursos. Neste momento, houve a discussão de que é neste quadro que deve entrar as propostas da VIII Conferência Municipal de Assistência Social. A conselheira Esther Luiza questiona em relação ao orçamento de R\$ 3.000.000,00 (três milhões) para a PSB e R\$ 300.000,00 para a PSE. Fernanda esclarece que desse orçamento da PSB, R\$ 2.000.000,00 (dois milhões) é para a construção dos Centros da Juventude. No item referente ao Quadro da Rede, Fernanda diz que não apreço o nome das entidades e apresenta a descrição, população atendida e rede executora contendo o tipo de serviço, a fase que se encontra, equipamento, capacidade, população na PSB e PSE. A conselheira Simone Ferrari diz que o Plano deve contemplar a construção da Casa Abrigo para Mulheres no nível de PSE. A conselheira Esther Luiza comenta que se o recurso para esta construção vier do FMAS, a Casa Abrigo para Mulheres deverá ser gerida pela Secretaria de Assistência Social e não pela Secretaria da Mulher. Em relação a Manutenção dos Serviços, Fernanda diz que este item se apresenta por eixo de proteção (básica e especial), tipo de serviços, equipamento onde o serviço é prestado, ações e números de atendimentos. Fernanda fala ainda sobre os trabalhos com famílias e que isto deve ser discutido para haver consenso sobre o tipo de atendimento realizado pelas entidades e equipamentos públicos. Na sequência Maria de Lurdes Silveira passa a apresentar o Quadro Geral do Orçamento do Plano, o qual gerou algumas dúvidas em relação a distribuição dos recursos e a conselheira Simone Ferrari se dispõe a acompanhar um técnico da Gestão até o Planejamento da Prefeitura para verificar estes valores. Nada mais havendo a tratar, a presidente Maria Inês B. Mânica encerra a reunião às onze horas e vinte e cinco minutos, agradecendo a presença de todos e desejando um bom dia de trabalho. Eu, Tania R. S. Midding, Secretária Executiva, encerro a presente ata, a qual será assinada por mim e pelos demais presentes